

MKBR22: Piora na desigualdade é herança para o próximo governo

A desigualdade social, um dos maiores entraves para o desenvolvimento do Brasil, sempre foi um tema presente nos debates sobre políticas públicas e gestão macroeconômica. No entanto, os efeitos da pandemia da Covid-19 agravaram esse quadro, com a inflação corroendo os salários, o aumento do desemprego, do trabalho informal e a piora na qualidade do ensino. Os problemas sociais do país e seus desdobramentos são uma herança para o próximo governo, na medida em que devem impactar a alocação de recursos, a produtividade e a capacidade de crescimento pelos próximos anos.

[+Acompanhe o MKBR22](#)

Embora os programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, sejam importantes para reduzir os efeitos do quadro de desigualdade, são insuficientes para resolver o problema que se agravou nos últimos anos. “Além da pandemia, da inflação e do desemprego, o desmonte de políticas públicas contribuíram para o lugar que estamos hoje. Quando a Covid-19 chegou, encontrou o Estado brasileiro fragilizado para responder à altura do desafio”, comenta **Maitê Gauto**, gerente de Programas, Incidência e Campanhas da Oxfam Brasil, ao participar de painel no **MKBR** nesta quarta-feira, evento da **ANBIMA** em parceria com a **B3**.



Renata Bichir, doutora em Ciência Política (esq), e Maitê Gauto, da Oxfam Brasil (centro), falaram sobre desigualdades sociais e a herança para o próximo governo com a jornalista Roberta Russo (dir)

“O próximo governo terá que priorizar iniciativas de transferência de renda, retomar políticas de combate à fome, recompor programas como o plano nacional de alimentação escolar, entre outros, que já foram a base do processo de redução da fome.”

Outra especialista no tema, **Renata Bichir**, doutora em Ciência Política e professora de Gestão de

Políticas Públicas da EACH/USP, acrescenta a necessidade de que as políticas públicas tenham continuidade e não fiquem mudando conforme há trocas no governo. “O processo de construir políticas públicas é lento e, por isso, precisa de continuidade nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal, para que atinjam o objetivo”, comenta Renata, que acrescenta a importância de dados confiáveis para a melhor execução dos programas.

“É preciso gerar dados, monitorar e avaliar. Só assim sabemos qual iniciativa é mais adequada para áreas urbanas, rurais e determinadas regiões do país. Felizmente voltaremos a ter o Censo Demográfico essencial ao trabalho.”

A necessidade de reduzir a desigualdade passa também, destacam as especialistas, por uma reforma tributária. Maitê, da Oxfam Brasil, considera fundamental o debate “pelo impacto do sistema atual nas desigualdades e porque o Congresso tem uma proposta de reforma tributária que olha muito para simplificação e pouco para a regressividade do sistema”.

A especialistas acrescenta que hoje os mais pobres pagam tanto quanto os mais ricos pelo peso dos tributos consumo, muito elevado, e pequeno na renda. Ela mencionou durante painel no MKBR pesquisa feita em parceria com o Datafolha, segundo a qual 85% dos brasileiros concordam que ricos devem ser mais taxados e que os recursos deveriam financiar programas sociais.

A doutora em Ciência Política Renata Bichir faz coro. “Passou da hora de enfrentarmos este modelo tributário focado em consumo. É uma falácia.”

MKBR22: Cenário desafiador não deve barrar potencial de inovação

Em meio ao processo acelerado de inovação que requer investimentos pesados em tecnologia, empresas agora se deparam com um ambiente desafiador, marcado por juros mais altos, risco de recessão global e conflitos geopolíticos. Para **Camila Farani**, uma das maiores investidoras de startups no Brasil, o momento atual pede um “olhar mais cauteloso”.

[+Acompanhe o MKBR22](#)

“Os fundos de venture capital não deixaram de ter caixa. Só estão com um olhar mais criterioso”, diz Camila, presidente da G2 Capital, que participou do painel “Desafio Econômico” no [MKBR22](#).



Camila Farani participou do painel 'O que será das empresas daqui a cinco anos?', no MKBR22

A empresária lembra que o ecossistema de venture capital de tecnologia vem de cerca de cinco anos “muito frutíferos”, com US\$ 621 bilhões investidos globalmente só em 2021. Ela prevê uma queda de 19% desse volume para este ano.

Essa cautela antes de investir em novos negócios se explica não só pelo potencial de geração de caixa, mas também pelo aumento de produtividade das equipes, considerando os ajustes realizados após o forte período de expansão.

Camila conta que agora seu foco são companhias que já são geradoras de caixa, acima do chamado “break even”, ou ponto de equilíbrio.

Inovar na crise

A pandemia acelerou o processo de inovação em diversos setores, com o surgimento de muitas startups que identificaram novos nichos.

“Na crise, as escaras, as dores estão abertas. Grandes empresas foram criadas em 2008, no momento da bolha norte-americana, muitas em 1929 na Grande Depressão”, destaca a empresária.

Ela cita como exemplo o boom digital no Brasil, com uma infraestrutura logística já complexa, e a consequente expansão das chamadas logitechs. Com a normalização pós-pandemia, o desafio agora é equalizar os negócios e voltar para o mundo físico, explica Camila.

“As crises são cíclicas, têm fim, acompanham os ciclos econômicos”, diz. No entanto, Camila vê um cenário macroeconômico e político desafiador, “se estendendo um pouco mais do que a gente

gostaria”.

Mas, quando se trata de inovação, são nos momentos de incerteza que os grandes empreendedores dizem: “Posso me reinventar”, ressalta Camila.

Escolha dos investimentos

Para decidir investir ou não em uma empresa, Camila diz que sua tese é baseada na tecnologia do produto, na "defensibilidade" do negócio frente à concorrência e outros fatores, potencial da equipe e tamanho do mercado onde a empresa atua.

Mas a parte intuitiva também conta muito. “Entra mais feeling do que eu gostaria. Muitas vezes já estou apaixonada pelo modelo de negócio”, diz. “O feeling nada mais é do que a soma de experiências.”

A empresária chama a atenção para um ponto importante na escolha: “As empresas precisam saber resistir às crises”, tanto do aspecto emocional quanto técnico.

Nesse processo, impulsionar a inovação entre mulheres também é um desafio para Camila, fundadora da Ela Vence, plataforma de empoderamento de empreendedorismo feminino. “Tem uma coisa que é muito importante entre as mulheres, que é não só o poder de conexão, mas o poder de se ajudarem, de fazerem acontecer.”

Sobre o cenário para as empresas daqui a cinco anos, Camila espera “empresas muito mais inteligentes do ponto de vista de dados, ESG, de como utilizam dados a seu favor e na gestão de talentos baseada em suas habilidades humanas”.

MKBR22: Futebol brasileiro passa por momento de transformação

A transformação dos clubes de futebol em empresas, uma tendência observada na Europa com vários times com ações em Bolsa de Valores, chegou ao mercado brasileiro e vem mexendo com o futebol nacional, que pode passar do modelo associativo o de sociedade empresarial. Esse foi o caso, por exemplo, do Cruzeiro com a compra de 90% das ações SAF (Sociedade Anônima do Futebol) pelo ex-jogador Ronaldo Nazário.

[+ Acompanhe o MKBR22](#)

“Todas as rotinas administrativas, desde que o Ronaldo assumiu, são como as de uma empresa, com práticas profissionais, compliance, governança e estratégia”, explica **Gabriel Lima**, CEO do Cruzeiro Esporte Clube, em painel Clubes de Futebol como Empresas, do [MKBR 22](#), congresso da **ANBIMA** e da [B3](#).



O ex-jogador Kaká (esq) e o CEO do Cruzeiro, Gabriel Lima (telão), participam de painel da MKBR22

A questão jurídica é uma preocupação do investidor estrangeiro para aportar recursos nos clubes brasileiros, na opinião de **Kaká**, ex-jogador e empresário.

Neste sentido, a Lei da SAF veio viabilizar todo este processo. “A regulamentação torna o futebol brasileiro atrativo para os investidores, que consideram este um momento propício para adquirir participação em um produto maior e promissor (do que o clube) que é o futebol brasileiro”, explica **Marcos Motta**, sócio-fundador do escritório Bichara e Motta Advogados.



Advogado Marcos Motta conversou com Kaká e Gabriel Lima sobre a profissionalização dos clubes de futebol

Apesar da expectativa de expansão na profissionalização deste mercado, os desafios são muitos e o principal deles, na opinião de Lima, é a entrega de poder para o investidor. “No modelo associativo, são 400 ou 500 pessoas tomando decisões pelo clube. Com a empresa, o investidor vai dar as cartas, o que torna o processo decisório muito rápido e enxuto”, comenta. Na opinião de Kaká, a paixão do torcedor também pode ser um obstáculo: “os principais desafios de transformar o clube em empresa é a própria paixão do torcedor pelo futebol. No entanto, esse movimento contribui para tornar o clube em uma gestão mais profissionalizada e com uma governança eficiente”, afirma.

Para Motta, o futebol brasileiro é um ecossistema saudável e ainda deve passar por um grande desenvolvimento. “Não há roda de conversa da bola, seja na Ásia, EUA ou Europa, que se pergunte sobre as oportunidades do futebol que o brasileiro não esteja na pauta”, afirma.

MKBR22: Renda fixa ganha espaço, mas diversificação das carteiras segue no radar

Com os juros globais em alta na tentativa de controlar a inflação, a renda rixa voltou ao radar dos investidores e vem ganhando espaço nas carteiras de investimentos. Embora o movimento, na visão dos especialistas, faça sentido, manter um portfólio diversificado segue relevante pensando em oportunidades que surjam na renda variável. Na opinião dos especialistas que participaram nesta quarta-feira de painel no **MKBR22**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**, o cenário incerto gera dúvidas nos investidores que precisam rever suas carteiras, mas sem abrir mão da diversificação.

[+ Confira o MKBR22](#)

O cenário desafiador, destaca o gerente de Representação e Distribuição da ANBIMA, **Luiz Henrique Carvalho**, vem sendo marcado por vários fatores que impactam no dia a dia dos investimentos e obrigam a uma revisão das carteiras.



Luiz Henrique Carvalho, da ANBIMA (esq); Fernando Miranda, do Nubank (centro); Luciane Effting, do Santander (centro); e Marília Fontes, da Nord Research (esq), discutiram a diversificação na carteira de investimentos em painel do MKBR22

“Foram dois anos difíceis, com uma taxa de juros saindo de 2% ao ano, um patamar histórico, para os atuais 13,75%, sem falar na Guerra da Ucrânia e na covid-19, que levaram a uma inflação global forçando a um aperto monetário”, comenta Carvalho, acrescentando que o conjunto de fatores mudou a perspectiva dos investimentos.

Dentro deste cenário, os participantes do painel foram unânimes ao destacar que as oportunidades claras de um ganho maior e com pouco risco na renda fixa têm atraindo cada vez mais o interesse dos clientes. Para **Marília Fontes**, sócia-fundadora da casa de análises de investimentos Nord Research, todo o conjunto de mudanças no ambiente macro dos últimos anos deve sustentar juros mais altos e por mais tempo do que se supunha.

“A inflação está persistente, mais do que gostaríamos, e a desaceleração virá em breve. Foram décadas de juro baixo global e ativos de risco, como ações ganhando espaço, mas agora o movimento é inverso, e o investidor precisa readequar a carteira adicionando papéis de renda fixa, que tem risco menor e hoje é bem remunerada”, comenta.

A visão de que quem há quatro ou cinco anos engordou os portfólios com ativos de risco perdeu dinheiro não é totalmente correta, pondera Luciane Effting, head da área de Distribuição de Investimentos do Banco Santander.

“Quem fez a alocação com uma assessoria adequada e respeitando o perfil e a diversificação necessária, sempre olhando o longo prazo, passou melhor pelos desafios dos últimos dois anos. Quando bem assessorado, o cliente não entra na alta e sai na baixa, o que faz toda a diferença em cenário de estresse”, explica Luciane. “Foi pior para quem apenas seguiu uma tendência, sem respeitar a diversificação. É natural que parte do portfólio vá para a renda fixa, mas mantendo

outros ativos na carteira. Vejo o investidor mais maduro neste sentido.”

Posição também defendida por Carvalho, da ANBIMA. “É importante aproveitar oportunidades de ganhos com o juro alto, mas mantendo parte do portfólio em bolsa, em renda variável, porque faz sentido no médio e longo prazo”, comenta acrescentando em favor da diversificação a importância de a indústria se comunicar melhor como investidor, relacionando o portfólio com objetivos reais do cliente, em diferentes horizontes de tempo.

Um exemplo de iniciativa neste sentido vem do Nubank que criou “caixinhas” para que o investidor consiga associar a alocação com seus planos reais. “Recebíamos pedidos de pessoas que queriam separar o dinheiro e lançamos em julho as ‘caixinhas’ que podem ser criadas para viagem, reserva de emergência ou outra finalidade. Em um mês, foram 2,2 milhões de caixinhas criadas e 1,8 milhões de investidores utilizando, muitos que jamais tinham investido”, explica **Fernando Miranda**, vice-presidente de investimento do Nubank. “Planejamento financeiro, organização é um desafio da sociedade brasileira e quando conecta necessidade com objetivo fica mais claro e fomenta a poupança. É menos o ativo e mais do que você quer fazer.”

Luciane reforçou a importância de os bancos e as corretoras empreenderem esforços para ajudar o brasileiro a criar o hábito de poupar, o que exige falar de investimento de forma mais simples. Otimista, ela lembrou que vê o investidor mais consciente e maduro nos últimos anos, buscando sim conhecer novas oportunidades de investimentos que incluem ativos do exterior. “A regulação ajudou e hoje ativos como BDRs, ETFs e fundos que investem no exterior têm espaço nas carteiras o que é muito positivo. O importante é aproveitar a renda fixa em alta, mas mantendo a diversificação.”

MKBR22: Nova norma de ofertas públicas vai simplificar participação no mercado de capitais

A simplificação feita nos materiais da oferta, como mudanças no prospecto e a criação da lâmina, será capaz de transmitir as principais mensagens da oferta pública aos investidores, sendo esses alguns dos destaques da nova norma sobre esse assunto, avalia o presidente da CVM, **João Pedro Nascimento**. Publicada em 13 de julho, a [Resolução 160](#), que consolida as regras gerais sobre o tema, terá vigência a partir de 2 de janeiro de 2023.

“A norma tem sido elogiada pelo mercado de maneira geral. A ideia é que o mercado de capitais seja acessível para todos, com regras mais simples”, diz Nascimento, pontuando que o documento tem muitos méritos.

[+Acompanhe o MKBR22](#)

Os impactos da nova norma de ofertas públicas foram discutidos com representantes do mercado durante painel no [MKBR22](#), evento organizado pela [ANBIMA](#) e pela [B3](#), nesta quarta-feira (21).



Guilherme Maranhão, do Itaú BBA (esq), Flávia Palacios, da Opea (centro), e Marcelo Carvalho, diretor da Eneva (dir), discutem nova regra de ofertas públicas em painel do MKBR

Flávia Palacios, CEO da Opea, plataforma de securitização, destaca como um dos pontos positivos da norma a padronização dos documentos, sobretudo sob a perspectiva dos investidores, tornando mais fácil a comparação de títulos semelhantes. Flávia observa que essa padronização exigirá uma curva de aprendizado, mas o resultado será positivo. “Ter padrão é bom para o investidor. A questão da padronização facilita no mercado primário e no mercado secundário, seja lâmina ou prospecto”, diz Flávia.

Sob o ponto de vista dos emissores, **Marcelo Carvalho**, diretor financeiro da Eneva, avalia que haverá mais eficiência nos processos das ofertas. Ele ressalta a clareza que a norma traz, o que facilita o acesso para novos emissores, com possibilidade de acesso a maior quantidade de investidores. A consequência é mais atratividade para emissões.

“A norma traz mais segurança e previsibilidade num cronograma de execução numa oferta pública. A criação da lâmina é um ponto positivo, porque vai ser um documento mais acessível, direto e com as informações necessárias para a análise do público-alvo. Em contrapartida, a norma estabelece o regramento de padrões adotados nos prospectos, a simplificação dos documentos já existentes. O processo no direcionamento das informações torna-se mais efetivo, mas não mais complexo”, detalha Carvalho.

Guilherme Maranhão, diretor de Distribuição de Renda Fixa do Itaú BBA, considera a nova norma um divisor de águas, por simplificar e tornar o mercado acessível para todos. Maranhão observa que o benchmark para a elaboração da nova norma foram os mercados externos, mais desenvolvidos.

“A norma foi construída com a participação do mercado e traz muita flexibilização. Ela traz mais

clareza de quem pode acessar as ofertas e de que forma isso vai acontecer para trazer mais investidores”, conclui Maranhão.

MKBR22: Mercado de capitais ganha destaque entre as empresas que buscam financiamento

Mesmo com a desaceleração da economia, setor segue pujante e com expectativas positivas

Cada vez mais as empresas enxergam o mercado de capitais como uma importante fonte de financiamento para o seu negócio e isso tem contribuído para o desenvolvimento desse ecossistema no Brasil. Mesmo com a desaceleração causada pelas incertezas nos mercados globais e a política monetária adotada pelo Brasil, que freou o interesse por renda variável, o mercado de capitais segue em um ano positivo e com uma pujança muito forte na renda fixa. O assunto é um dos temas do [MKBR22](#), evento organizado pela [ANBIMA](#) e pela [B3](#), nesta quarta-feira, dia 21, em São Paulo.

Para **Carlos André**, presidente da ANBIMA, o mercado de capitais está cada vez mais funcional e dinâmico a despeito da conjuntura macroeconômica que canaliza as operações e o levantamento de recursos para instrumentos de renda fixa. “O que chama a atenção na renda fixa é um mercado totalmente funcional, com muitas empresas recorrendo a esse mercado de emissão de títulos de renda fixa para levantar recursos em diversos formatos e prazos. Com o comportamento de preço e principalmente da liquidez, que sempre foi um fator preocupante em relação à renda fixa no mercado de capitais, a gente tem visto o desenvolvimento da liquidez do mercado secundário de renda fixa cada vez mais funcional. Vejo um mercado bastante pujante e operacional”, considera Carlos André.



Gilson Finkelsztain, CEO da B3 (dir), e Carlos André, presidente da ANBIMA (esq). em painel do MKBR22

“O ciclo do mercado de capitais de 2019 a 2022 foi transformacional, com um volume de mais de R\$ 100 bilhões nestes anos e mais de 70 empresas entrando no mercado no período contra uma média anual de três a quatro por ano na década anterior, isso sem falar no número de produtos lançados e da quantidade de investidores que chegaram à Bolsa nestes últimos anos”, destaca **Gilson Finkelsztain**, CEO da B3.

O fato é que há um aprendizado do setor, do investidor e do empresário que busca investimentos. “Tudo isso levou a um salto qualitativo e estrutural do nosso mercado”, acrescenta Finkelsztain.

A maturidade do mercado é um ganho permanente, na avaliação de Carlos André. O executivo considera que o mercado de capitais é um importante aliado e pode contribuir para o desenvolvimento de projetos. “Todo o ecossistema do mercado financeiro, hoje em dia, amadureceu bastante quando se compara com mais desenvolvidos, com plataforma de distribuição de produtos, desenvolvimento dos bancos para distribuição dos seus clientes e com as empresas contando com esse mercado para levantamento de recursos, inclusive hoje com prazos bem disponíveis”, afirma.

MKBR22: CVM quer atrair jovens talentos por meio de convênios com associações de classe

Outro desafio da gestão de João Pedro Nascimento é tornar o órgão regulador mais tecnológico, com investimentos em inteligência artificial

Os principais desafios do plano de gestão estratégica da CVM estão centrados em um tripé: financiamento, pessoas e tecnologia. Para **João Pedro Nascimento**, que assumiu a presidência da autarquia em 18 de julho deste ano, a CVM precisa ter uma quantidade maior de jovens. Entre os esforços para tornar essa meta realidade, Nascimento pretende estruturar um modelo de remuneração por meio dos convênios da autarquia com associações de classe.

+Acompanhe o MKBR22

“Temos batalhado por um concurso público. A CVM está sem concurso público desde 2010. A ideia é ter na CVM uma quantidade cada vez maior de jovens, cuja remuneração seria paga por meio desses convênios com associações e entidades de classe”, disse Nascimento durante o **MKBR**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**, nesta quarta-feira.

Outro desafio do mandato de João Pedro Nascimento, que termina em julho de 2027, é tornar o regulador mais tecnológico. Investimentos em inteligência artificial para otimizar o dia a dia dos servidores da autarquia estão no radar. Nascimento também pretende repensar o financiamento das atividades da CVM.

“Há um diálogo já iniciado e que vem sendo muito bem recebido pelo Ministério da Economia em relação ao aproveitamento pela CVM numa vinculação direta de uma parte do valor da nossa taxa de fiscalização. Ainda no tema financeiro, está o melhor aproveitamento dos convênios com as entidades de classe e associações, como é o caso da ANBIMA”, afirmou Nascimento.

Agenda ESG e influenciadores

Os ativos verdes estão no radar do regulador do mercado de capitais brasileiro. Nascimento explicou que, na revisão da regra de fundos de investimento, ativos como crédito de carbono, crédito de metano e ativos ambientais de vegetação nativa podem se tornar objeto de investimentos.

“Uma vez que eles sejam objeto de investimento, a contabilidade vai reconhecer esses ativos pelo valor correto. Tal como ativos verdes como são, com a peculiaridade e com a singularidade que eles têm”, afirmou.

Na supervisão do mercado, outro foco da gestão de Nascimento é o trabalho dos influenciadores digitais. O presidente da CVM ressaltou que não há pretensão de regular os usos das redes sociais, nem restringir o exercício da liberdade de expressão, mas não vai permitir que influenciadores invadam o perímetro da CVM e a esfera de agentes regulados.

“Nós não restringiremos o exercício da liberdade de expressão de ninguém. A gente precisa estar atento, porque, muitas vezes, os influenciadores digitais transbordam os limites do que seria uma influência. Passam a fazer análise de investimentos, dão opiniões, recomendam ativos, isso a gente não pode tolerar”, afirmou Nascimento.

Para ele, a autarquia terá rigor para evitar que os influenciadores invadam prerrogativas dos agentes regulados, mas vai buscar enxergar oportunidades para multiplicar mensagens de educação financeira. “Vamos tentar enxergar nos próprios influenciadores digitais algumas oportunidades para que a CVM multiplique a mensagem da educação financeira”, completou.

Fonte: [Anbima](#), em 21.09.2022.